

Ata n.º 14/2017

Aos treze dias do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária a Junta da Freguesia de Ermesinde, com a presença do Presidente, João Fernando da Costa Morgado, e dos Vogais, Miguel António Pereira de Oliveira, Helena Isabel da Rocha Oliveira, Juliana Cardoso da Silva, André Adolfo da Silva Teixeira e António Joaquim Teixeira da Mota. -----

A reunião teve a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período antes da ordem do Dia: -----

a) Informações: -----

- Atividades de Natal; -----
- Ajuste Direto para a Higiene Urbana; -----
- Rescisão do Acordo de Cedência do terreno da Horta Comunitária de S. Paio. -----

b) Intervenção do público -----

Ordem do Dia: -----

Ponto um - Discussão e aprovação da Ata n.º 13 de 2017; -----

Ponto dois - Ratificação da concessão da tolerância de ponto nos dias 26 de dezembro de 2017 e 2 de janeiro de 2018; -----

Ponto três - Rescisão do contrato de arrendamento das lojas sitas na Rua Elias Garcia, n.ºs. 1026 e 1034; ---

Ponto quatro - Nomeação de Instrutor de Processo Disciplinar; -----

Ponto cinco - Discussão e votação do Regulamento de Atribuição de Subsídios; -----

Ponto seis - Retificação do Protocolo assinado com a Cruz Vermelha Portuguesa; -----

Ponto sete - Deliberação sobre o congelamento de taxas para 2018; -----

Ponto oito - Deliberação sobre a autorização de realização de despesa para a Aquisição de Serviços, - "Limpeza Urbana nos arruamentos e infraestruturas da Freguesia de Ermesinde": -----

- Proposta de Compromisso Plurianual. -----

Ponto nove - Discussão e Votação de: -----

9.1 - Mapa de Pessoal para 2018; -----

9.2 - Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2018; -----

Ponto dez - Intervenção dos Elementos do Executivo; -----

Ponto onze - Expediente. -----

O Sr. Presidente da Junta, João Morgado, cumprimentou o público presente e os restantes Membros do Executivo, passando para as informações. Começou por informar que este ano a Junta de Freguesia decidiu festejar o natal, na cidade, de uma forma diferente. Depois de consultar várias pessoas, nomeadamente o Pároco Peixoto, entenderam iluminar algumas ruas da cidade, com a colaboração dos comerciantes, que foram quem suportou, a maior parte das despesas. Para além da iluminação esperada na Praça da estação, Rua 5 de Outubro, Rua José Ribeiro Teles, Rua António Castro Meireles e na Rua Rodrigues de Freitas, onde está a Maquesinde, decidiram iluminar a Avenida João de Deus e, por entender que a Gandra está muito esquecida, a Praça 1º de Maio. A iluminação funciona em pleno desde o último fim-de-semana e as músicas e os *spots* publicitários vão começar com a abertura da Aldeia Natal, que, no ano anterior decorreu na Vila Beatriz, mas que este ano decorrerá no Parque Urbano, local mais central para a cidade. Este ano, uma vez que a organização da actividade é em conjunto com a Junta de Freguesia, conseguiram que decorresse durante uma semana, até dia vinte e três, sendo que a iluminação e o som decorrerá até aos Reis. Continuando, informa que termina no dia dez o contrato de varredura da cidade, com a Recolte, pelo que terão de fazer um ajuste direto, por três meses e, paralelamente, abrir um concurso público para que o próximo contrato da varredura não seja por dois anos, como até agora, mas por quatro meses, para que, quem tomar posse no próximo mandato tenha meio ano para preparar o concurso seguinte. Assim, este Executivo entende, se tiver a aprovação da Assembleia de Freguesia, fazer um contrato que comece em dois mil e dezoito e acabe em Abril de dois mil e vinte e um. Mudando de assunto, informa que existe uma horta comunitária em Sampaio, num terreno que nos foi cedido pelo Membro da Assembleia de Freguesia Luís Vasquez. Luís Vasquez pediu a rescisão do contrato de cedência do terreno para a horta comunitária, pelo que a Junta tem noventa dias para entregar o terreno. -----

Não tendo mais informações para dar, deu a palavra ao Público, tendo-a tomado Carlos Oliveira. Após cumprimentar os presentes, felicitou o Executivo por, pela primeira vez, a Junta de Freguesia ter levado alguma iluminação à Avenida João de Deus. Mas como "estar pela primeira vez não significa amadorismo" aponta algumas questões que denotam amadorismo de quem liderou este processo. Começa por questionar se os seus setenta euros são diferentes dos setenta euros dados por um comerciante do Largo da Estação, porque o sistema sonoro e a animação de rua não estarão previstos na Avenida João de Deus. De seguida refere documentos entregues aos comerciantes, a pedir a comparticipação para o vento da Junta de Freguesia, sem que houvesse alguma identificação desta. Mais, quando se faz um pedido destes aos comerciantes, deveria ser-lhes fornecidas todas as informações sobre o evento, o que não aconteceu. Refere também o horário em que as luzes são ligadas, que acontece quando as lojas já estão a encerrar, sugerindo

que deveriam ter entregue um documento aos comerciantes em que sugerissem um alargamento do horário, de forma a criar o espírito de natal. Refere não saber se a Junta tinha pensado numa forma de mencionar os comerciantes que participaram na iluminação, mas sempre era uma forma de publicidade. Termina este assunto da forma que o começou, parabenizando o Executivo pela atividade. Mudando de assunto, e pedindo uma resposta clara do Presidente, questiona-o sobre qual a sua intenção de voto face ao aumento em quinze por cento do IMI, aprovado pelo Executivo da Câmara Municipal, bem como no aumento do número de lugares de estacionamento pagos. Refere serem assuntos de extrema importância para a Freguesia, que maioritariamente votou nele, por isso espera que defenda os seus direitos. Continuando, questiona sobre a iluminação no túnel da Rua Miguel Bombarda, um assunto que, na última Reunião de Executivo, foi abordado pelo Vogal Bruno Ascensão, mas que ainda não foi resolvido. Termina a sua intervenção com um assunto que, na sua opinião é o mais importante. Na última Reunião do Executivo foi referido, pelo Tesoureiro, que a junta de Freguesia tinha perdido património num valor de cento e vinte mil euros nos últimos cinco meses, pelo que foi para casa preocupado. Na altura, por estarem presentes dois elementos do antigo Executivo, que era multi-partidário, achou razoável, mas achou que na Assembleia de Freguesia alguém iria aflorar este assunto, devido à sua importância para a Freguesia, o que não aconteceu. Assim, não sabendo se lhe era permitido, queria apresentar um requerimento para que fosse feito o levantamento do património da Junta de Freguesia à data de trinta e um de Dezembro a partir do ano de dois mil e doze, para que se faça a comparação. Numa tentativa de ajudar o tesoureiro, refere que, para si, património é o conjunto de bens, o imobilizado da Junta, os ativos tangíveis e intangíveis da Junta, o que a Junta tem a receber e o que a Junta tem a pagar. Isto era importante para a ajudar a clarificar e se realmente houve esta perda então todos ficariam a saber, pelo que pede que a resposta seja, também, enviada ao Presidente da Assembleia de Freguesia para ser partilhada por todos os Membros. Despede-se com votos de boas festas. O Presidente toma a palavra para responder que os seus setenta euros são iguais a quaisquer outros. A questão que se levantou sobre até onde poderiam ir com a iluminação e com o som, prendia-se com a receita que conseguissem arrecadar junto dos comerciantes. Os setenta euros dão direito à iluminação, sendo que o som e os spots publicitários se referem a outro contributo. Alguns comerciantes aceitaram bem que os spots publicitários passassem apenas onde há colunas, outros há que pensam que as pessoas ouvem e se deslocam às lojas. Sabe, no entanto que não é a mesma coisa, mas referem que têm tido o bom

senso de ir dar uma palavra aos comerciantes que mostram algum desagrado. Relativamente à animação de rua, esclarece que a única animação que vai existir é a que decorre no âmbito da Aldeia Natal, por isso no Parque Urbano, até ao dia vinte e três. Lembra que no ano anterior tudo terminava a vinte e três, e ele, enquanto Membro da Assembleia de Freguesia, mostrou o seu desagrado porque acha que o natal continua nos dias seguintes e os portugueses, nos seus bons hábitos, no dia vinte e quatro, às dezanove horas, ainda andam a comprar presentes, e não fazia sentido já nada haver de natal. Assim este ano, a Aldeia natal termina dia vinte e três, mas a iluminação e o som vão até aos Reis. Relativamente aos documentos afirma que têm conhecimento de que isso aconteceu, facto que lamenta. Acha que, como se aprende com os erros, que os colaboradores da Junta aprenderam que aquilo não era um documento e, como tal, não deveria ser entregue aos comerciantes. Continua referindo que sabia que o facto de outras cidades vizinhas, como o Porto, terem inaugurado a iluminação mais cedo ia constituir um problema na nossa cidade, por ter sido só dia oito, mas não era possível de outra forma. Para além da falta de verbas, também refere que só tomaram posse dia dezassete de Novembro e os colaboradores da Junta não sabiam quais eram as intenções deste novo Executivo, pelo que tiveram pouco tempo para preparar a atividade, de tal forma que se socorreram da Câmara para poder organizar a Aldeia Natal e dos comerciantes, dos quais tem consciência que participam sempre, para a iluminação. Miguel Oliveira, tesoureiro, toma a palavra para informar que a Junta vai colocar, no início de cada rua iluminada, uma placa com o nome dos comerciantes que ajudaram para a iluminação da mesma. Adicionalmente, os comerciantes que colaboraram vão, também, receber uns bilhetes para distribuírem pelos seus clientes que lhes permitem, na compra de uma ficha nos divertimentos, receber outra. Aproveitando para responder sobre os documentos, informa que estes não foram exarados pela Junta de Freguesia, mas que funcionaram como suporte de apoio aos colaboradores, que tudo fizeram para, com a ajuda destes, informar os comerciantes. Continua, referindo que só esta emana surgiu a oportunidade de facultar estes bilhetes de oferta de fichas, pelo que esta informação não poderia ter sido dada mais cedo aos comerciantes. Mais, ainda não receberam os cartazes para afixarem nos seus estabelecimentos com o programa da Aldeia Natal, porque só hoje é que este programa ficou fechado, mas que esta distribuição será feita no dia seguinte, junto com os referidos bilhetes. Não cumpre o *timing* que se pretendia, mas é algo que se pretende melhorar no próximo ano. Relativamente à iluminação, refere que no fim-de-semana passado se sofreu uma série de imponderáveis do ponto de vista meteorológico, que fizeram com que alguns fios se desligassem e algumas caixas caíssem, pelo que alguns horários não foram cumpridos, havendo ruas que ficaram sem qualquer iluminação a noite toda. A reparação começou no dia seguinte. A informação que receberam é que a iluminação está a iniciar as dezassete horas e a desligar à uma hora da manhã. Anteciparam o horário de iluminação para que os comerciantes pudessem beneficiar dentro do seu horário de funcionamento. Carlos Oliveira pede novamente a palavra, afirmando que as questões levantadas pelo Miguel Oliveira, do programa, dos bilhetes, da colocação das placas com os nomes dos comerciantes que

contribuíram, deveriam ter sido comunicado aos comerciantes no momento em que contrataram com a Junta a participação. João Morgado responde que não era possível informar mais cedo os comerciantes acerca do programa porque não estaria fechado. Muitas das associações que vão participar é em regime *pro bono*, pelo que confirmam a sua presença em cima da hora, pelo que só hoje é que o programa da animação da Aldeia Natal foi fechado. Foi informado aos comerciantes que iria haver a Aldeia Natal, bem como a iluminação e o som, só não informaram da animação da Aldeia Natal, porque só hoje ficou fechada. Relativamente ao pedido de levantamento do património a partir do fecho de dois mil e doze crê ser possível, poderá é não o ser a tempo da próxima da Assembleia de Freguesia. Assim conta ter esta informação disponível na próxima Reunião de Executivo e, depois disso, será encaminhada para os Membros da Assembleia de Freguesia. Miguel de Oliveira, tesoureiro, pede a palavra para esclarecer que não referiu o termo "património" e que terá todo o gosto em recebê-lo para que juntos possam analisar o relatório da Gesnort e, assim, perceber a que se referia. João Morgado retoma a palavra para responder acerca do túnel das Rua Miguel Bombarda, afirmando que tinha entrado em contacto com um técnico da EDP e com um vereador sobre este assunto. Refere que na segunda-feira passada foi alertado para a falta de luz na Rua São João e na Rua São Lourenço e que no dia seguinte ligou para o técnico da EDP que repôs a luz de imediato. Quando lhe reportam estas situações, ele usa este contacto privilegiado que tem sido de grande ajuda. Relativamente ao túnel, o problema que levantam é não saber se pertence à EDP se à Refer, e como há este conflito o problema mantém-se, mas voltará a reportar o problema. Continua referindo que já muitas ruas têm luz LED, que foi reposta em todos os postes de iluminação, mesmo os que estavam desligados. No entanto há postes que continuam desligados e a informação que se recebeu é que se deve a avaria, responsabilidade da Câmara Municipal, mas decerto deve-se à EDP, porque a empresa subcontratada para o serviço só monta a luminária e liga o fusível, não indo depois confirmar se está ligada ou não. Já falou com a Câmara Municipal para que alguém vá dar uma volta pelo Concelho com funcionários da EDP ver se os postes dão ou não. Termina informando que vai tentar saber, também, porque é que em algumas ruas a troca das luminárias parece ter saltado. Respondendo à questão do aumento do IMI, diz ter consciência que ninguém gosta de ver os seus impostos aumentados. A justificação que o Presidente da Câmara dá para este aumento é a necessidade de investir na melhoria da qualidade de vida da população do Concelho, nomeadamente nas

escolas, onde vão investir cerca de quatro milhões de euros, na habitação social, na mobilidade. Assim, votará favoravelmente. Relativamente aos lugares de estacionamento pagos, a explicação que recebeu é que neste protocolo para Ermesinde surge uma retificação, nomeadamente dos lugares que a Junta de Freguesia tem atrás do cemitério, onde mais ninguém irá colocar moedas na máquina. Ontem questionou o Engenheiro Paulo Ferreira quando é que este acordo ia entrar em vigor e ele respondeu que será nos finais de Janeiro, tendo João Morgado respondido que iria colocar uns sacos pretos à volta da máquina, porque haverá pessoas que inadvertidamente irão colocar moedas naquela máquina. Aqueles lugares são da Junta de Freguesia e como a junta de Freguesia são todos os que moram ou trabalham em Ermesinde. A empresa já cobrava o estacionamento nesses lugares, que são na Vila Beatriz e no centro, mas que não estavam vertidos no protocolo. Foi esta a explicação que recebeu, é isso que está vertido no protocolo assinado entre a empresa e a Câmara Municipal, e como tal vota favoravelmente. Carlos Oliveira questiona se a cobrança nesses lugares era então abusiva, ao que João Morgado responde que não lhe parece que tenha sido abusiva, mas que não tem conhecimento do protocolo assinado anteriormente, que já foi num mandato anterior, mas que sempre conheceu o estacionamento da Vila Beatriz pago. Filipe Matos Pereira pede a palavra para questionar qual o plano para a Rua Padre Avelino de Assunção. João Morgado responde que todos gostariam de ter as ruas em cubos de granito, com o que beneficiaria a cidade e o ambiente. Esta rua já estava mal antes da intervenção da Be Water, mas foi promessa eleitoral do Presidente da Câmara que a rua seria intervencionada pela Be Water para colocação do betuminoso. Informa que neste dia foi assinado o compromisso com o empreiteiro, que vai colocar o betuminoso ainda no mês de Janeiro na Rua Padre Avelino de Assunção e até março na Rua de Ermesinde, na Travessa do Carvalhal e num troço que falta na Rua Simão Lopes. -----

Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidenta da Junta, passou à Ordem de Trabalhos.-----

Ponto um - Discussão e aprovação da Ata nº. 13 de 2017; -----

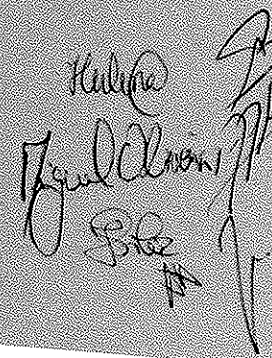
Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto dois - Ratificação da concessão da tolerância de ponto nos dias 26 de dezembro de 2017 e 2 de janeiro de 2018; -----

Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs a Ata à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto três - Rescisão do contrato de arrendamento das lojas sitas na Rua Elias Garcia, nºs. 1026 e 1034; ---

O Presidente João Morgado esclarece que a Junta de Freguesia possui duas lojas sociais: a loja social um, que funciona nas antigas instalações da Junta de Freguesia, na Travessa Dr. Luís Ramos; e a loja social dois, na Rua Elias Garcia. Como é do conhecimento geral, a Junta de Freguesia tem um armazém arrendado na Rua Souto Moinhos, onde funciona o Posto A, na ponta do armazém, na Rua Elias Garcia. Entre estes



dois serviços existe uma sala que não está a ser utilizada e que entendem poder ser recuperada, até porque possui casa de banho, para servir para a loja social dois. Assim, pretendem rescindir contrato com o proprietário das outras lojas, o que equivalerá a uma poupança de quinhentos e cinquenta euros mensais, para a Junta. Já reuniram com ele, informando que era intenção da Junta rescindir com data de trinta e um deste mês. Ele não se mostrou muito agradado, mas foi para casa pensar, levando como alternativa a data trinta de abril. João Morgado pensa que ele acabará por aceitar, caso contrário, no pior dos cenários, cessa a trinta de Junho. Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

António Mota pede a palavra para esclarecer que o facto de não haver inscrições para discussão não era porque os vogais aceitavam tudo, mas sim porque, para além de irem conversando frequentemente sobre as questões da Junta, se reúnem para preparar as reuniões.-----

Ponto quatro - Nomeação de Instrutor de Processo Disciplinar; -----

O Presidente João Morgado informa que houve uma situação de desacato entre dois funcionários, um dos quadros da Junta de Freguesia, outros dos quadros da Câmara Municipal, mas que presta serviço na Junta. Assim, depois de consultados os serviços jurídicos da Câmara Municipal, será necessário criar dois processos disciplinares com a mesma ocorrência, um elaborado pela Câmara Municipal tendo por denunciado o funcionário da Câmara, e outro elaborado pela Junta de Freguesia, tendo como denunciado o funcionário da Junta. Têm de nomear um instrutor para o processo, entendendo nomear a secretária, Helena Oliveira, que tem, entre outros, o pelouro do pessoal. Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs à votação, tendo sido aprovada por maioria, uma vez que, por ser parte interessada, a secretária Helena Oliveira não votou. -----

Ponto cinco - Discussão e votação do Regulamento de Atribuição de Subsídios; -----

João Morgado começa por esclarecer as duas alterações realizadas ao Regulamento. Uma prende-se com o prazo de candidatura, que deixa de ser até quinze de Novembro para passar a ser de um a trinta e um de Janeiro. Esta alteração deve-se ao facto de a candidatura exigir que a Associação tenha um plano de atividades e relatório de contas, havendo muitas que têm dificuldades em conseguir este relatório. Assim, decidiu-se alargar o período de candidatura para ser possível este auxílio. Outra alteração prende-se com a

simplificação dos formulários de candidatura, uma vez que frequentemente eram os colaboradores da Junta que auxiliavam no preenchimento dos mesmos, e, também, porque algumas Associações nem concorriam por sentir dificuldade em preenche-los ou por não ter contabilidade. Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs o Regulamento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto seis - Retificação do Protocolo assinado com a Cruz Vermelha Portuguesa; -----
João Morgado esclarece que foi assinado um Protocolo com Cruz Vermelha Portuguesa, protocolo este que não estava em consonância com a Deliberação aprovada pelo Executivo na sua reunião de maio. O Executivo aprovou que este protocolo funcionaria por um período de trinta anos e o Protocolo foi assinado com um período de cinquenta anos. Para além disso, o Executivo aprovou por maioria que se houvesse necessidade de encerrar o mercado, por exemplo, por colapso da estrutura, e a Cruz Vermelha deixar de poder utilizar as suas instalações, a Junta de Freguesia fica livre de qualquer responsabilidade, algo que não estava plasmada no Protocolo. Continua plasmado que o Protocolo tem efeito apenas enquanto a Junta de Freguesia tem a gestão do mercado. Refere já terem reunido com o Presidente da Delegação de Gondomar/Valongo que aceitou estas alterações. Será assinado um Protocolo diferente que entrará em vigor a um de Janeiro. João Morgado pôs a Retificação à discussão, tomando a palavra António Mota para esclarecer que quando foi a retificação em Ata os Membros do Executivo do Partido Socialista votaram contra, porque o prazo não coincidia com o pedido feito pela Cruz Vermelha. João Morgado esclarece que o Partido Socialista não votou contra o Protocolo mas contra a diferença entre o Protocolo e a Deliberação. Não havendo mais inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs a Retificação à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto sete – Deliberação sobre o congelamento de taxas para 2018; -----
João Morgado informa que o Executivo entendeu, uma vez mais, manter as taxas congeladas, pelo que não haverá qualquer aumento em dois mil e dezoito. Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs a Deliberação à votação, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

Ponto oito - Deliberação sobre a autorização de realização de despesa para a Aquisição de Serviços, -
"Limpeza Urbana nos arruamentos e infraestruturas da Freguesia de Ermesinde": -----
- Proposta de Compromisso Plurianual. -----

O Presidente João Morgado explica que é necessário abrirem um concurso para esta tarefa, já tendo enviado para as empresas a proposta da Junta da Freguesia relativamente ao ajuste direto. A contratação deste serviço terá praticamente o mesmo caderno de encargos, a diferença é que pretendem que seja pelo período de quatro anos. Durante os dois meses contactaram várias empresas, no sentido de mostrar o que a Junta pretendia do serviço e ver até que ponto poderiam apresentar um valor aceitável pelo mesmo, mas, para já ainda não foi apresentada nenhuma proposta razoável. Neste momento, a Junta de Freguesia paga cerca de onze mil e quatrocentos euros por mês e nenhuma empresa, para já, afirmou poder prestar o serviço pelo

mesmo valor. Como o Executivo é da opinião que qualquer empresa que concorra a este serviço tem de alocar pessoas e bens que, muito provavelmente, irão ao mercado comprar, ao contratar este serviço por quatro anos, permite que a empresa tenha alguma margem para o prestar por uma verba menor. Para além disto, este Executivo também acha que será benéfico para o próximo, que assim não terá de se preocupar com este assunto logo a seguir à sua tomada de posse. Termina em tom de resumo, referindo que até Abril farão ajuste direto, mas depois têm de fazer esta contratação. Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs a Deliberação à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto nove - Discussão e Votação de: -----

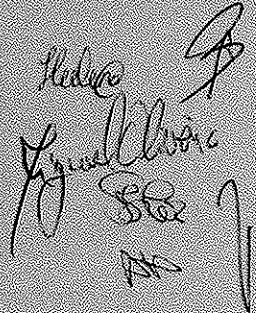
9.1 - Mapa de Pessoal para 2018; -----

9.2 - Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para 2018; -----

Relativamente ao Mapa de Pessoal. João Morgado começa por esclarecer que fizeram uma alteração, porque ao contrário do que acontecia em anos anteriores, em que tinham os lugares preenchidos e também os lugares vagos, este ano, por entendimento dos técnicos, não fazia sentido ter os lugares vagos. Assim, decidiram transformar as vagas a zero e se for preciso contratar alguém assim o farão, alargando o mapa de Pessoal. Miguel Oliveira, tesoureiro, pediu a palavra para referir que, tradicionalmente, transitavam as vagas no Mapa de Pessoal. Depois de consultarem alguns especialistas na área, perceberam que para que isso fosse possível tinha de estar inscrito na rubrica afeta aos vencimentos do quadro verba disponível para estas vagas. De forma a terem um orçamento equilibrado, não é possível, neste momento, manter uma verba que suporte esta despesa com pessoal inexistente. Assim, a opção foi retirar as vagas e caso seja necessário, no futuro, realizar concurso público para reforçar os quadros solicitaremos à Assembleia de Freguesia uma alteração do Mapa de Pessoal e a abertura do concurso público, com uma alteração orçamental no que toca à rubrica dos vencimentos do quadro. O Presidente, João Morgado, toma novamente a palavra, informando que, neste momento, têm vinte e três funcionários no quadro: um Técnico Superior para o apoio social e comunitário, sete Assistentes Técnicos, um dos quais coordenador, e quinze Assistentes Operacionais. Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs o Mapa de Pessoal à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Passando para o Plano de Atividades, Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos para dois mil e dezoito, Miguel Oliveira, tesoureiro, esclarece que este Executivo, depois de redigir o documento, pediu à Gesnort para os ajudar a elaborar o Orçamento para dois mil e dezoito, de acordo com as regras do POCAL. A elaboração do Orçamento para dois mil e dezoito assentou em regras orçamentais determinadas pela Lei setenta e três, de dois mil e treze. O facto do Orçamento Geral do Estado ainda não estar aprovado causa alguma incerteza em relação às transferências correntes, grande parte delas vindo do Fundo de Financiamento das Freguesias e da própria receita do IMI, que ainda não foi aprovada em Assembleia Municipal, tiveram de ser altamente precavidos, não entrando em grandes expectativas. Efetivamente, no que toca ao Plano Plurianual de Investimentos, só têm seis mil e quinhentos euros para investimentos, o que é muito curto, o que não permite ter um verdadeiro Plano Plurianual. Mas como se sabe, este Plano não é um documento estanque, podendo ser alterando, podendo ser incluídos novos programas e objetivos, que é o que farão de acordo com a liberdade de capital que for surgindo em face da execução orçamental. Este é um Orçamento que tem esta proposta inicial, para dois mil e dezoito, de um valor global de um milhão e quarenta mil e onze euros, que corresponde às receitas correntes, que superam a despesa nos seis mil e quinhentos euros, porque a despesa está prevista para um milhão, trinta e três mil, quinhentos e onze euros. Não é o Orçamento que gostavam de fazer, gostariam de ter um com outro conjunto de disponibilidades financeiras, mas é o que é possível. Este é um Orçamento que, cumprindo a regra da média dos últimos vinte e quatro meses, prevê, por exemplo, na rubrica de Vencimentos para o Quadro, vencimentos a catorze meses, coisa que não acontecia em Orçamentos anteriores, porque aquando da primeira revisão orçamental, havia a injeção dos saldos correntes das execuções orçamentais anteriores. Este ano, infelizmente, não é possível haver saldos correntes, porque não vai haver saldos transitados. Se não fecharem dois mil e dezassete com saldo zero, será muito próximo disso. Este é um Orçamento feito com muita cautela, que garante que a receita vai suportar a despesa corrente. Tentarão não recorrer a receita extraordinária, para fazer face a despesa corrente, por não serem os procedimentos mais adequados. Já tiveram de prever, no Orçamento para dois mil e dezoito, algumas faturas em aberto que não vão poder liquidar em dois mil e dezassete, por exemplo a da Recolte, por não terem grande disponibilidade de tesouraria, nem prevê um aumento exponencial de receita, até porque congelaram as taxas. É um Orçamento seguro, que vão de facto executar, e que, efetivamente, será uma ferramenta de trabalho que irão utilizar durante o ano para os nortear e regular. Passando para o Plano de Atividades, afirma que é um plano de acordo com o que foram algumas das promessas eleitorais deste Executivo, limitadas, de facto, por esta indisponibilidade financeira, mas, termina, referindo que têm quatro anos para cumprir o plano de governo para a Cidade. Não havendo inscrições para discussão, o Presidente João Morgado pôs o documento à votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

Ponto dez - Intervenção dos Elementos do Executivo; -----



Juliana Silva pediu a palavra para falar acerca do antigo túnel da Estação. Refere que as lojas se encontram quase na sua totalidade fechadas e que as pessoas se queixam da falta de limpeza e de receio de passar lá em algumas horas. Assim, questiona se já foi tomada alguma providência relativamente à limpeza do espaço e se existe a possibilidade de fechar o túnel em algum período do dia. João Morgado responde que este, a par do túnel da choca, são dois problemas muito graves que a cidade tem. Este túnel é propriedade da Câmara Municipal, de tal forma que vai ter de articular com eles no sentido de arranjar uma solução. Como é sabido, Ermesinde não possui casas de banho públicas, e ali também não daria para construir casas de banho, porque isso implicava que, para estarem funcionais vinte e quatro horas por dia, tivessem de alocar seis ou sete pessoas para esta tarefa, o que é impossível, por questões orçamentais. Aquele túnel cheira mal durante o dia, mas é durante a noite que ele é urinado e defecado, e é com muita à vontade que o fazem, porque quase ninguém o utiliza como passagem naquele horário. Assim, a grande solução, na sua opinião, passaria por encerrar aquele espaço durante a noite, mas a sua preocupação são mesmo as questões de segurança. Não sabe se, por questões de segurança, é permitido o encerramento daquele espaço à noite, porque os Bombeiros terão de ter acesso ao local em caso de algum problema por exemplo, incêndio. Desde que tomou posse os túneis já foram lavados, mas só lavá-los não é solução; é necessário solucionar este problema, e, por isso, promete tentá-lo em conjunto com a Câmara Municipal. António Mota pede a palavra para pedir que o Presidente intervenha, mais uma vez junto da Câmara Municipal por causa do ninho das vespas asiáticas que existe no lugar da Bela. O temporal não o deitou abaixo e continua a ver-se movimento das vespas. João Morgado responde que existem locais tão altos onde as vespas fazem os seus ninhos, que torna quase impossível retirá-los, mesmo com o camião grua, o que acontece, por exemplo, junto ao Rio Leça. Nestas situações, os técnicos esperam pela noite, período em que as vespas recolhem ao ninho, e eles deitam um produto em forma de fumo, que as mata. Existem locais com ninhos, em que a Proteção Civil já o informou de que as vespas foram mortas. Pelos vistos não será o caso referido por António Mota, uma vez que este refere que se denota a presença das vespas. Este caso já foi reportado à Proteção Civil, mas assume que no dia seguinte vai voltar a comunicar com eles. Termina informando que, sempre que é

comunicado um caso de vespas asiáticas, a Proteção Civil no próprio dia à noite ou no dia seguinte, vai proceder à sua morte, porque é um caso de bastante perigo para a população. -----

Ponto onze - Expediente. -----

Averbamentos -----

Cemitério nº. 1 -----

Foi apresentado por João Teixeira, residente na Rua do Calvário, nº. 294 – R/c, em Ermesinde, um requerimento, solicitando o averbamento do jazigo nº. 1822, do qual foram Primeiros Instituidores Armando Pinto Alvarenga e Maria Angelina Alvarenga, da parte pertencente a Maria Angelina Pinto Alvarenga. Para o efeito foi apresentado o Testamento, o Comprovativo de Participação de Transmissões Gratuitas (Modelo 1) e o Anexo I (Relação de Bens), apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo, onde consta que Maria Angelina Pinto Alvarenga faleceu no dia 25/10/2017, no estado civil de casada, sem ter feito testamento ou disposição de última vontade, tendo deixados como seus únicos herdeiros, seu marido João Teixeira e seus filhos Fernanda Maria Pinto Teixeira e Vitor Manuel Pinto Teixeira. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer aos herdeiros acima mencionados.-----

Foi apresentado por Maria Luísa Rodrigues Gaspar, residente na Travessa do Monte, nº. 102, em Ermesinde, um requerimento, solicitando o averbamento do jazigo nº. 0303, do qual foi Primeira Instituidora Maria Rosa Rodrigues, da parte pertencente a Maria Augustina Rodrigues Gaspar. Para o efeito foi apresentado o Comprovativo de Participação de Transmissões Gratuitas (Modelo 1) e o Anexo I (Relação de Bens), apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo, onde consta que Maria Augustina Rodrigues Gaspar faleceu no dia 21/08/2017, no estado civil de viúva, sem ter feito testamento ou disposição de última vontade, tendo deixado como seus únicos herdeiros, seus filhos Maria Luísa Rodrigues Gaspar, Maria Isabel Rodrigues Gaspar, Maria Manuela Rodrigues Gaspar e Eduardo António Rodrigues Gaspar. Analisados os documentos, a Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando o jazigo a pertencer aos herdeiros acima mencionados. -----

Foi apresentado por Maria Emília da Costa Moutinho, residente na Rua do Pinheiro, nº. 686 – R/c Direito, em Ermesinde, um requerimento, solicitando o averbamento do jazigo nº. 0805, do qual foi Primeira Instituidora Emília da Silva Moutinho e Irmãos, da parte pertencente a Idalina Moutinho Neves. Para o efeito foi apresentado o Comprovativo de Participação de Transmissões Gratuitas (Modelo 1) e o Anexo I (Relação de Bens), apresentados na 2ª Repartição de Finanças do Concelho de Valongo, onde consta que Idalina Moutinho Neves faleceu no dia 19/08/2017, no estado civil de viúva, sem ter feito testamento ou disposição de última vontade, tendo deixado como seus únicos herdeiros, seus filhos Maria Emília da Costa Moutinho, Manuel César da Costa Moutinho Vinagre e Juan Carlos da Costa Moutinho. Analisados os documentos, a

Junta deliberou deferir o averbamento solicitado, ficando esta parte do jazigo a pertencer aos herdeiros acima mencionados. -----

Remição de Ossários -----

Foi deferido o requerimento apresentado por Helena Maria da Silva Pereira, residente na Rua Capitão Aires Martins, nº. 170 – 1º., em Ermesinde, autorizando a entrada de ossada, no ossário nº. 344, remido até ao ano de 2055, para conservação das cinzas de sua mãe, Herundina Fernanda Vieira da Silva. Pagou a quantia de 240,00 euros, através do GRR nº 20176678, correspondente a cinquenta por cento do valor de remissão de um ossário pelo período de 40 anos.-----

Legalização de Transação de parte de Jazigo -----

Conforme se encontra na Ata número dez, da reunião realizada no dia nove de agosto de dois mil e dezassete, a Junta deliberou deferir a seguinte transação:-----

- Parte do Jazigo nº. 0616, cujos Primeiros Instituidores foram António Fernandes de Oliveira, Porfírio Ferreira de Castro e Octávio Fernandes de Oliveira, a favor de Soledade Ana Oliveira Custódio, casada com Agostinho Ferreira dos Santos; Laura José de Oliveira Custódio, viúva; e Maria Zélia de Oliveira Custódio Crespo, casada com Júlio Batista de Freitas Crespo. Os emolumentos desta transação foram pagos através dos recibos números 3067, 3071 e 3072. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, João Morgado lembra a data da Assembleia de Freguesia e termina a reunião com votos de Boas Festas e de um bom ano para todos os presentes.

A JUNTA,

Helena Maria da Silva Pereira
Helena Maria da Silva Pereira

Agostinho Ferreira dos Santos
Agostinho Ferreira dos Santos

Agostinho Ferreira dos Santos
Agostinho Ferreira dos Santos

Agostinho Ferreira dos Santos
Agostinho Ferreira dos Santos

